

contrato em seguida mencionados sejam promovidos no posto de ASPOF, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 304.º, ambos do EMFAR, com a redacção que lhes foi dada pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por terem concluído com aproveitamento a instrução complementar da respectiva especialidade:

ASPOFG RHL-OFI 133525-B, Gonçalo Fernandes Farinha, BA 4.  
ASPOFG RHL-OFI 133508-B, Marcos Pacheco Rodrigues, DINST.  
ASPOFG RHL-OFI 128955-B, Lília Maria Sobral Pereira Fernandes, SAS.

ASPOFG RHL-OFI 133569-D, Mónica Raquel Soares de Oliveira, CZA.

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 30 de Julho de 2005.

7 de Fevereiro de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

**Portaria n.º 753/2006 (2.ª série).** — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar destinado ao regime de contrato em seguida mencionado seja promovido ao posto de ASPOF, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 304.º, ambos do EMFAR, com a redacção que lhes foi dada pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por ter concluído com aproveitamento a instrução complementar da respectiva especialidade:

TMMEL:

ASPOFG TMMEL 133155-J João Paulo Bastos Jesus, BA1.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 18 de Dezembro de 2004.

21 de Março de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN PILAV.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Secretaria-Geral

**Despacho (extracto) n.º 8380/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 21 de Fevereiro de 2006:

Paula Cristina Aparecida Rodrigues Franco dos Santos, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P. — transferida, obtida a anuência do serviço de origem, para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a 1 de Março de 2006, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção que é dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Março de 2006. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Helena Borges*.

### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

**Aviso n.º 4594/2006 (2.ª série).** — No seguimento do processo de privatização do notariado, concretizado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, os funcionários dos cartórios notariais foram integrados em quadros de pessoal paralelos dos respetivos municípios, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º, sendo afectos a serviços externos dos registos por aplicação do disposto no n.º 4 do mesmo preceito ou ficando na situação de licença sem vencimento para os que optaram pela privatização, ao abrigo do n.º 4 do artigo 107.º ou do n.º 2 do artigo 108.º

Assim, publica-se a lista nominativa dos funcionários dos quadros paralelos abaixo indicados, referentes a cartórios notariais que já entraram em funcionamento como privados em 23 de Dezembro de 2005 e cujas licenças foram atribuídas na sequência do concurso aberto pelo aviso n.º 4994/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 20 de Abril de 2004:

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Afectação/integração	Data
				Conservatória	
Cartório Notarial de Ansião	Ansião .....	Maria Graça Damasceno Passos Coelho Tavares .....	Notário .....	Optou pela privatização (a) .....	23-12-2005
		Constantino Agria Batista .....	Primeiro-ajudante .....	CP de Ansião .....	26-12-2005
		Maria Céu Batista Santos .....	Segundo-ajudante .....	Optou pela privatização (b) .....	25-05-2005
		Maria Lucília Dias Rodrigues Henriques .....	Escriturário superior .....	Optou pela privatização (b) .....	24-12-2005
		Maria Isilda Dias Cerca .....	Escriturário superior .....	CP de Ansião (c) .....	26-12-2005
		Rosa Maria Tiago Ferreira Marques .....		CP de Ansião (c) .....	26-12-2005
1.º Cartório Notarial de Barcelos	Barcelos .....	Jorge Carlos Serro Costa Silva .....	Notário .....	Optou pela privatização (a) .....	23-12-2005
		Hílido Moraes Rodrigues .....	Ajudante principal .....	Optou pela privatização (b) .....	24-12-2005
		Manuel Costa Martins .....	Primeiro-ajudante .....	Optou pela privatização (b) .....	24-12-2005
		Carlos Manuel Gonçalves Santos .....	Segundo-ajudante .....	Civil de Barcelos .....	26-12-2005
		Leonor Enes Peixoto .....	Segundo-ajudante .....	Optou pela privatização (b) .....	24-12-2005
		Maria Francisca Pinheiro Oliveira Cardoso .....	2.º Ajudante .....	Optou pela privatização (b) .....	24-12-2005
		Elisabete Lima Vale .....	Escriturário .....	Predial de Barcelos (c) .....	26-12-2005
		Iolanda Maria Cerqueira Pereira .....	Escriturário .....	Predial de Barcelos (c) .....	26-12-2005
		José Carlos Pimenta Cerqueira .....	Escriturário .....	Predial de Barcelos (c) .....	26-12-2005
		Maria Fátima Ferreira Simões .....	Escriturário .....	Predial de Barcelos (c) .....	26-12-2005
Cartório Notarial de Mangualde	Mangualde .....	Palmira Henrique Fraga Frutuoso Vaz .....	Notário .....	Predial de Mangualde .....	26-12-2005
		Maria Susete Fonseca Silva Figueiredo .....	Primeiro-ajudante .....	Predial de Mangualde .....	26-12-2005

Cartório de origem	Funcionário	Categoría	Afectação/integração
		Conservatória	Data
Cartório Notarial da Mealhada . . . . .	Noémia Luísa Augusta Santos Brás Machado . . . . . Maria Antónia Gomes Batista . . . . .	Segundo-ajudante . . . . . Escriturário . . . . .	Predial de Mangualde Civil de Mangualde (c) . . . . . 26-12-2005 26-12-2005
Cartorio Notarial da Mealhada . . . . .	Narciso Garcia Simões Arromba . . . . . Maria Natália Jesus Peixoto Oliveira . . . . . Maria Manuela Ferreira Lima . . . . . Herculano Pereira Neto . . . . . Maria Manuela Conceição Lucas . . . . .	Notário . . . . . Primeiro-ajudante . . . . . Segundo-ajudante . . . . . Escriturário . . . . . Escriturário . . . . .	Optou pela privatização (a) . . . . . Optou pela privatização (b) . . . . . Civil de Mealhada . . . . . Predial de Mealhada (c) . . . . . Optou pela privatização (b) . . . . . 23-12-2005 24-12-2005 26-12-2005 26-12-2005 24-12-2005
Cartorio Notarial de Ponte da Barca . . . . .	Artur Duarte Leite Barros Pinto . . . . . Laura Dores Barros Ferraz Martins . . . . . Rosa Maria Rodrigues Velloso Amorim . . . . . Almerinda Maria Costa Guimarães . . . . . Maria Virgínia Castro Araújo . . . . .	Notário . . . . . Primeiro-ajudante . . . . . Segundo-ajudante . . . . . Escriturário superior . . . . . Escriturário . . . . .	Optou pela privatização (a) . . . . . CP de Ponte da Barca . . . . . Optou pela privatização (b) . . . . . CP de Ponte da Barca (c) . . . . . CP de Ponte da Barca (c) . . . . . 23-12-2005 26-12-2005 24-12-2005 26-12-2005 26-12-2005

(a) Encontra-se em situação de licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 107.º.  
 (b) Encontra-se em situação de licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 108.º.  
 (c) Integrado na Conservatória de afectação, por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 112.º.

21 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

## Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

**Despacho (extracto) n.º 8381/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 29 de Março de 2006:

Licenciada Maria Amélia da Costa Louro Vera Jardim — nomeada, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, consultora do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

**Aviso n.º 4595/2006 (2.ª série).** — Por despachos do director de serviços de Gestão Territorial:

De 4 de Janeiro de 2006:

António Manuel Cardoso Geada, assessor do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte — autorizado o gozo de licença sem vencimento pelo período de 44 dias, com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

De 13 de Março de 2006:

António Manuel Cardoso Geada, assessor do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte — autorizada a prorrogação da mesma licença pelo período de 16 dias.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2006. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INovaÇÃO

### Direcção-Geral de Geologia e Energia

**Despacho n.º 8382/2006 (2.ª série).** — Ao abrigo do artigo 5.º do anexo II da Portaria n.º 362/2000, de 20 de Junho, alterada pela Portaria n.º 690/2001, de 10 de Julho, conjugado com a alínea m) do despacho n.º 17 777/2004 (2.ª série), de 5 de Agosto, do director-geral de Geologia e Energia, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 26 de Agosto de 2004, reconheço SETINSP — Inspeções Técnicas, Unipessoal, L.ᵈ, com sede na Rua de Luís de Camões, 6, 2.º, Setúbal, como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás, mantendo-se a sua validade enquanto se verificarem os requisitos que estiveram na base do seu reconhecimento, designadamente a acreditação no âmbito do sistema português da qualidade.

20 de Março de 2006. — O Subdirector-Geral, *Bento de Moraes Sarmento*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

**Portaria n.º 754/2006 (2.ª série).** — Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipal um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.

Determina o n.º 2 do artigo 157.º daquele diploma que, por portaria do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, seja fixada a composição de cada conselho.